

A LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO E A FEMECS: REVISITANDO MEMÓRIAS

Camila Lamarão*

Roberto Mosca Junior**

Vinicius Mayo***

RESUMO: Este breve relato corresponde a uma introdução às entrevistas publicadas no presente número (nº27) da revista *Perspectiva Sociológica*, que foram concedidas como parte do resgate da memória de fatos e passagens relacionados ao processo de aprovação do PL 09/00 no Senado Federal, em 2001, e ao posterior veto de Fernando Henrique Cardoso. Os relatos jogam luz sobre este momento marcante da luta pela reinserção da Sociologia no currículo da Escola Básica. São seis depoimentos de cientistas sociais que se engajaram na campanha pela aprovação do projeto quando eram estudantes e participavam da Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais (FEMECS). A primeira entrevista é um depoimento de Julia Polessa Maçaira, professora do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na sequência, temos a entrevista de Flavio Serafini, professor de Sociologia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e hoje exercendo o mandato de Deputado Estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em seguida, segue o relato de Marcio Malta, professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Por último, temos um depoimento conjunto de Luis Felipe Carvalho, atualmente professor de Sociologia do Colégio Andrews, no Rio de Janeiro, Maria Fabiana Sales Trindade, professora de Sociologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ) e Pedro Capra, gerente de Relações Acadêmicas na *Swissnex*/Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Educação da Suíça.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia, Sociologia no Ensino Médio, Movimento Estudantil, Memória.

ABSTRACT: This brief report is an introduction to the interviews published in this issue (nº27) of the *Perspectiva Sociológica* magazine, which were granted as part of the recovery of the memory of facts and passages related to the approval process of PL 09/00 in the Federal Senate, in 2001, and the subsequent veto of Fernando Henrique Cardoso. The reports shed light on this defining moment in the struggle for the reinsertion of Sociology in the Basic School curriculum. There are six testimonies from Social Scientists who engaged in the campaign for the approval

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) colaboradora realizando as transcrições das entrevistas presentes nesta edição.

** Professor de Sociologia do Colégio Pedro II e doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS-UERJ, bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UERJ) colaborador do LAEDH-CPII na linha de pesquisa Grupo de Estudo em Ciências Sociais e Memória. Revisou as presentes transcrições.

*** Professor de Sociologia do Colégio Pedro II, mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ). Revisou as presentes transcrições.

of the project when they were students and participated in the Federation of the Student Movement of Social Sciences (FEMECS). The first interview is a statement by Julia Polessa Maçaira, teacher at the Department of Didactics at the Faculty of Education of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Next, we have the interview with Flavio Serafini, professor of Sociology at the Joaquim Venâncio Polytechnic School of Health (EPSJV) of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) and currently serving as State Representative for the Socialism and Freedom Party (PSOL). Then follows the report of Marcio Malta, professor of Political Science at the Fluminense Federal University (UFF). Finally, we have a joint statement by Luis Felipe Carvalho, currently professor of Sociology at Colégio Andrews, in Rio de Janeiro, Maria Fabiana Sales Trindade, teacher of Sociology at the Foundation for Support to the Technical School of the State of Rio de Janeiro (FAETEC) and from the State Secretariat for Education (SEEDUC-RJ) and Pedro Capra, Academic Relations Manager at Swissnex/Rio de Janeiro, an agency of the Swiss Ministry of Education.

Keywords: Teaching Sociology, Sociology in High School, Student Movement, Memory.

Uma introdução às entrevistas do nº 27 da Revista Perspectiva Sociológica

A história da disciplina de Sociologia na Educação Básica é marcada por intermitências, seja com presença obrigatória e reconhecimento jurídico-político, com a não obrigatoriedade ou mesmo inserção precarizada ou com exclusão efetiva. Em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, a Sociologia torna-se obrigatória nos anos finais dos cursos preparatórios e, em 1931, com a Reforma Francisco Campos, ela ainda se mantém com este perfil. Os anos seguintes vivenciam um período de certa legitimidade com a criação de diferentes cursos de graduação de Ciências Sociais, mas, em 1942, a Reforma Capanema acaba por decretar o fim da obrigatoriedade da Sociologia na escola secundária. Seu retorno começa a se esboçar apenas no início dos anos de 1980, com várias unidades da Federação incluindo a disciplina em seus currículos escolares. Vale destacar que o estado do Rio de Janeiro teve um protagonismo importante no que diz respeito à reinserção da disciplina, sendo um dos primeiros a aprovar, em sua constituição estadual, a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio, em 1989. Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Sociologia é explicitamente nomeada (junto com a Filosofia), mas ambas ainda permanecem de forma bastante obscura. Em 1997, começa a tramitar, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 3.178/97 que, após aprovação, segue para o Senado, onde recebe o nº 09/00¹ e também é aprovado. No entanto, menos de um mês depois, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso veta-o integralmente.

¹ O Projeto de Lei Originário da Câmara nº 9 de 2000, do Deputado Padre Roque (PT-Paraná), torna obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia em todas as escolas de ensino médio do país.
Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 27, 1º sem. 2021, p.5-13

Diante desta arrefecida, novas mobilizações são retomadas e, a partir da Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB), do Ministério da Educação, nº 6 de 2006, a Sociologia retorna gradativamente aos currículos de algumas unidades federativas. Finalmente, em 2008, a disciplina torna-se obrigatória, ao longo de todo o ensino médio, em todos os estados e no Distrito Federal através da aprovação e sanção da Lei 11.684. Todavia, após alguns anos de relativa estabilidade, a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), aprovada em 2017, acaba por promover alterações significativas na estrutura do ensino médio, alterando a LDB e retirando novamente a obrigatoriedade da disciplina.

As entrevistas que se seguem foram concedidas como parte do resgate da memória de fatos e passagens relacionados ao processo de aprovação do PL 09/00 no Senado Federal, em 2001, e ao posterior veto de Fernando Henrique Cardoso². Os relatos jogam luz sobre este momento marcante da luta pela reinserção da Sociologia no currículo da Escola Básica.

Os depoimentos fazem parte de uma série de entrevistas realizadas em 2015, através de uma pesquisa iniciada no mesmo ano, no âmbito do Laboratório Lincoln Bicalho Roque, localizado no Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. As entrevistas foram filmadas a fim de comporem a produção de um documentário sobre o processo de implementação da Sociologia no ensino médio no estado do Rio de Janeiro. A iniciativa foi contemplada no edital de projeto de iniciação artística e cultural lançado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) do Colégio Pedro II e desenvolvida pelos professores Roberto Mosca Junior e Vinicius Mayo.

A edição do documentário ainda está em andamento e a previsão de lançamento é o segundo semestre de 2021. Nesta edição especial da seção “Entrevistas e Memória”, resolvemos revisar e publicar trechos de um bloco de entrevistas que caracterizam a atuação da Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais (FEMECS) junto a outras entidades da área de Ciências Sociais nas mobilizações para as votações do PL 9/2000 no ano de 2001³.

² Em 09 de outubro de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em despacho publicado no Diário Oficial da União, vetou na sua totalidade o projeto de inclusão da Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias. Seu argumento era que esta situação traria ônus para estados e o Distrito Federal, com a criação de cargos e contratação de professores, além de que não havia no país formação profissional suficiente para atender a demanda.

³ Para entender melhor este período, ver a narrativa de Lejeune Mato Grosso de Carvalho (2004) que, em “A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil”, relembra fatos importantes. Ver também a apresentação de Anita Handfas (2012), em “A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro”, com importantes passagens que permitem identificar forças políticas hegemônicas que atuaram nesse processo. Ver ainda Beatriz Muniz Gesteira (2016) em “A cidadania Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 27, 1º sem. 2021, p.5-13

A FEMECS foi criada na segunda metade dos anos 1990 em substituição à Executiva Nacional do Curso de Ciências Sociais. A entidade foi estruturada como federação e contava com comissões que eram escolhidas nos Encontros Nacionais e ficavam sob responsabilidade de estudantes ou centros acadêmicos de diferentes cursos de graduação em Ciências Sociais. As principais comissões eram: finanças, comunicações, relações públicas, mobilização e eventos, além de uma secretaria executiva. A proposta por trás de sua constituição era consolidar uma maior democratização do movimento de área dos estudantes de Ciências Sociais⁴ e uma de suas principais bandeiras, nos anos de 1990 e início dos 2000, era a luta pela reinserção da Sociologia no ensino médio.

Assim, entendemos que a publicação destas entrevistas deve marcar os 20 anos de votação do PL 9/00 como reflexão de um momento histórico importante dentro do chamado período de retorno gradativo da Sociologia ao ensino médio e também como possibilidade de percorrer as trajetórias dos entrevistados. O registro de suas memórias merece ser compartilhado, pois, seus anseios, expectativas, frustrações, realidades e engajamento, mesmo circunspectos a estudantes universitários do estado do Rio de Janeiro, de alguma forma refletem sentimentos, representações e motivações que, em geral, permeavam outros estudantes de Ciências Sociais de diferentes cursos e territórios, no início dos anos 2000. Acreditamos ser de extrema relevância este compartilhamento com a comunidade de pesquisadores e cientistas sociais, possibilitando, ao mesmo tempo, desvendarmos os caminhos muitas vezes esquecidos nos becos da história e projetarmos horizontes e possibilidades para o campo das Ciências Sociais e para a Sociologia escolar, especificamente neste momento de tantos ataques que a Sociologia vem sofrendo na esfera política⁵.

como objetivo do ensino de Sociologia no Ensino Médio: o sentido atribuído pelas instituições políticas”, dissertação de mestrado na qual foram entrevistados os autores dos PLs que tramitaram na Câmara e no Senado, Padre Roque Zimmerman e Ribamar Alves. Para uma visão mais ampla do processo de retorno da Sociologia à Educação Básica, ver Amaury Moraes (2011) em “Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela obrigatoriedade”.

⁴ O movimento estudantil de área geralmente encampa questões específicas de cada curso ou área de atuação e essa forma de organização surge, no Brasil, nos anos 1970, durante a ditadura civil-militar, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade. Desta forma, muitos estudantes começaram a se organizar em Associações, Federações ou Executivas de cursos, como forma de resistir à repressão e à censura.

⁵ Além de todo o cenário obscurantista e conservador que vem ganhando corpo nos últimos anos, no Brasil, este ataque é significativo sobretudo no que diz respeito à presença da Sociologia na Educação Básica, uma vez que sua obrigatoriedade foi suprimida a partir de 2017 com a chamada Reforma do Ensino Médio. Como consequência, foi implementada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em que a disciplina está sendo inserida, junto com as demais do ensino médio, num ajuste curricular para atender às determinações legais do Novo Ensino Médio. A questão é: será que a lógica dos itinerários formativos nos fará perder o espaço que conquistamos nestes últimos treze anos no currículo do ensino médio?

Optamos pela edição das entrevistas no intuito de oferecer ao leitor um melhor entendimento dos diálogos e, como elas foram pensadas originalmente para um documentário, foi necessária a supressão de trechos repetidos ou que ficaram truncados por conta da dinâmica das filmagens. Em alguns trechos, optamos por usar colchetes para oferecer informações adicionais que consideramos relevantes, mas que não pertenciam ao relato original. Por vezes, o texto não necessariamente segue uma conversa linear formalizada numa sequência de perguntas e respostas, mas caracteriza-se como uma conversa interessada entre entrevistado e entrevistador. Mantém-se, assim, uma perspectiva mais próxima do material bruto.

Contudo, tentamos preservar uma narrativa que segue uma linha semelhante em todos os depoimentos: primeiramente, os entrevistados falam sobre sua chegada ao curso de Ciências Sociais e, em seguida, narram como se envolveram com a militância política no movimento estudantil em geral e, em particular, nas Ciências Sociais, sobretudo através dos Encontros Nacionais de estudantes. As narrativas ainda abordam a participação na campanha de mobilização pela aprovação do PL 9/00 no Senado Federal e, por fim, relatam o sentimento quanto ao veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de formação.

O contexto que precedeu a mobilização para a votação do PL, e que aparece nas falas dos entrevistados, foi uma série de eventos no âmbito dos espaços de organização dos estudantes de Ciências Sociais. Tentamos fazer uma digressão histórica destes eventos para servir como roteiro de leitura. Começamos em 1999, com o XVI Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais (ENECS), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, o qual já tinha como eixo central a reivindicação da reinserção da Sociologia no currículo do ensino médio. Depois, em 2000, o XVII Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e organizado também por estudantes dos cursos de Ciências Sociais de outras universidades do estado como Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Por fim, em 2001, o XVIII Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife. Este é o mais emblemático, pois se realiza mais próximo temporalmente da votação do PL, organizando, assim, as intervenções que viriam a ser realizadas pela Federação no Senado Federal.

O Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais (ENECS) se configurava como um espaço de socialização, debates e formação acadêmico-política entre estudantes de Ciências Sociais e era organizado pela FEMECS com periodicidade anual em alguma Universidade sede. Durante os encontros, eram debatidos assuntos relacionados à conjuntura nacional, à realidade dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, às bandeiras do movimento estudantil de área de Ciências Sociais e também às questões acadêmicas relacionadas à formação do Cientista Social. Como de praxe, ao término de cada Encontro, eram realizadas Plenárias Finais em que eram discutidos pontos de interesse, votados alguns encaminhados e decidido o local-sede do encontro seguinte. Além da participação de estudantes de todo o território nacional, também eram convidados Cientistas Sociais formados e atuantes, assim como pesquisadores, professores, militantes, artistas e organizações com afinidades com as discussões. Vale salientar que estes também eram momentos de confraternização e de troca entre diferentes realidades sociais, proporcionando um intercâmbio cultural e afetivo tão caro aos jovens estudantes.

Na ocasião de votação do PL, no Senado Federal, todos os seis entrevistados eram estudantes de graduação de Ciências Sociais no Estado do Rio de Janeiro, faziam parte da Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais e atuavam nas mobilizações de 2001. Atualmente, têm diferentes inserções no campo da educação e do ensino de Sociologia.

A primeira entrevista é um depoimento de Julia Polessa Maçaira, professora do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na sequência, temos a entrevista de Flavio Serafini, professor de Sociologia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e hoje exercendo o mandato de Deputado Estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em seguida, segue o relato de Marcio Malta, professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, à época da entrevista, a única realizada em 2017, coordenador da Licenciatura em Ciências Sociais na UFF de Campos do Goytacazes, no Rio de Janeiro.

Por último, temos um depoimento conjunto de Luis Felipe Carvalho, atualmente professor de Sociologia do Colégio Andrews, no Rio de Janeiro, Maria Fabiana Sales Trindade, professora de Sociologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ) e Pedro Capra, gerente de Relações Acadêmicas na *Swissnex*/Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Educação da Suíça.

O processo de ativação de suas memórias se deu através da observação de fotografias registradas durante a realização de um ato organizado pela FEMECS, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, em 2001. A seguir, apresentamos algumas que ilustram atores sociais importantes deste momento e que funcionaram como um importante dispositivo.



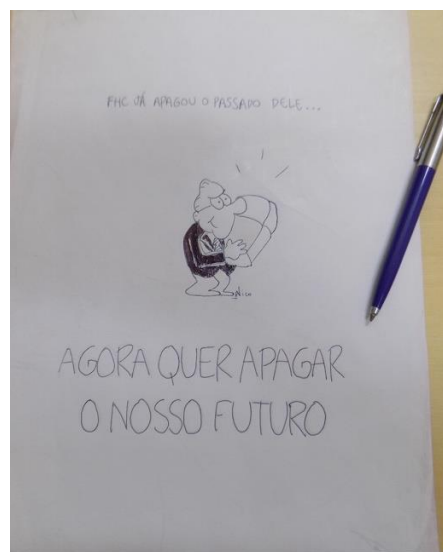
Professora Luitgard Oliveira Barros (UERJ) oferece aula pública em ato da FEMECS em prol da aprovação do PL 09/00. Cinelândia, Rio de Janeiro, 2001. (Fonte: arquivo pessoal).



Professor Santo Conterato (UFF) oferece aula pública em ato da FEMECS em prol da aprovação do PL 09/00. Cinelândia, Rio de Janeiro, 2001. (Fonte: arquivo pessoal).



Estudantes acompanham a votação do PL 09/00 em ato da FEMECS. Cinelândia, Rio de Janeiro, 2001. (Fonte: arquivo pessoal).



Texto da imagem: “FHC já apagou o passado dele... Agora quer apagar o nosso futuro.”

Marcio Malta (NICO) mostra sua charge, foto à direita, feita para estampar uma camisa da FEMECS-RJ que foi vendida para arrecadar finanças visando as mobilizações em prol do PL 09/00. (Fonte: arquivo pessoal).

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de. **A trajetória Histórica da Luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil**. In: Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2004.

GESTEIRA, Beatriz Muniz. **A cidadania como objetivo do ensino de sociologia no ensino médio: o sentido atribuído pelas instituições políticas**. 96f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

HANDFAS, A. et al. **A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro**. In: OLIVEIRA, L. F.; FIGUEIREDO, A. V.; PINTO, N. M. (Org.). Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

MORAES, Amaury. **Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela obrigatoriedade**. Cad. Cedes, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, set./dez. 2011.